

CDU

Autarquias 2005

PCP-PEV



PROGRAMA

PARA

UMA VIDA MELHOR EM AVEIRO



Programa da CDU para uma Vida Melhor em Aveiro

1. Colocar a autarquia ao serviço dos munícipes

Cumprir os objectivos da instituição

- Prossecução dos interesses próprios das populações;
- Promoção do desenvolvimento sustentado;
- Regulação pública das actividades privadas e resposta pública às necessidades sociais.

Melhorar o funcionamento dos órgãos

- Câmara**
- Combater o presidencialismo valorizando o funcionamento colegial, exigindo o funcionamento democrático e o cumprimento das leis
 - Duplicar o número de reuniões públicas, nomeadamente nas freguesias
 - Atendimento regular aos munícipes, pelo Presidente e vereadores, nos Paços do Concelho e nas Juntas de Freguesia
 - Cumprimento efectivo do estatuto da oposição
 - Reconhecimento e valorização do papel da Assembleia Municipal
- Assembleia**
- Promoção da autonomia e iniciativa própria da AM
 - Promoção de debates públicos sobre questões de fundo
 - Reuniões regulares nas freguesias

Descentralização de meios nas Freguesias

- Descentralização nas Juntas de Freguesia, por mútuo acordo, do máximo de competências e correspondentes meios financeiros:
 - Manutenção rede viária;
 - Construção de pequenos equipamentos de carácter geral;
 - 1.º Ciclo Ensino Básico/Jardins-de-infância, nomeadamente a gestão de refeitórios, ocupação de tempos livres;
- Reserva de um mínimo de 20% das despesas de investimento para projectos a definir pelo colégio dos presidentes de junta de freguesia.

Participação das populações

- Maior divulgação da actividade e das iniciativas dos órgãos municipais.
- Encarar os períodos de inquérito público de planos e regulamentos como forma de participação dos munícipes.
- Estimular a participação e a intervenção do público nas reuniões dos órgãos municipais.
- Zelar pelo cumprimento dos princípios e normas estabelecidos na Lei relativos aos direitos dos cidadãos, tais como o direito à informação e à participação na formação das decisões dos órgãos municipais (regulamentos, planos de actividade e orçamentos), direito de petição.

- Criar espaço para a dinamização e intervenção de estruturas de participação tais como organizações de moradores e de condóminos.
- Criar um Gabinete de Apoio ao Município que o informe e apoie no exercício desses direitos.
- Promover o funcionamento regular e dar conteúdo efectivo às estruturas de participação “oficiais”: Gabinete de Cidade, Comissão de Património, Conselho Municipal de Segurança, Conselho Local de Educação.

2. Finanças Municipais

- Promover um contrato de saneamento financeiro no Município, que permita a transformação da dívida de curto e médio prazo em dívida de longo prazo, de forma a resolver a situação actual.
- Tomar medidas de efectiva contenção das despesas correntes, com valorização dos recursos próprios do município, em detrimento do recurso sistemático ao fornecimento de serviços externos.
- Combater a sobre-orçamentação e o sobre-dimensionamento dos planos de actividade municipais exigindo a definição dos investimentos prioritários e a hierarquização dos mesmos, com a correspondente afectação de recursos financeiros de facto possíveis.
- Alterar as taxas e impostos municipais que constituam obstáculo ao desenvolvimento adequado das actividades económicas e à fixação de empresas, bem como as que não assentem em critérios de justiça e equidade.
- Recusar a aplicação dos valores máximos do Imposto Municipal sobre Imóveis, caminhando progressivamente no mandato para as taxas mínimas deste imposto

3. Organização Municipal

Recursos Humanos

- Investir na melhoria do ambiente interno, com a possibilidade de os trabalhadores da autarquia terem uma palavra a dizer na resolução dos problemas do Concelho;
- Apostar na formação profissional;
- Dar conteúdo concreto às normas do Regulamento Orgânico, nomeadamente:
 - a gestão integrada e interdisciplinar dos serviços municipais, assente na responsabilização, formação e qualificação profissional dos agentes municipais;
 - a desburocratização dos circuitos administrativos, por forma a tornar céleres as decisões e deliberações dos órgãos municipais, com vista a uma maior capacidade de resposta às necessidades e aspirações da população;
 - a criação de um sistema de informação interno, capaz de promover uma comunicação rápida e rigorosa, aos vários níveis administrativos, contribuindo para uma maior adequação das decisões;
 - o recurso a critérios na distribuição de tarefas e responsabilidade assentes no mérito e na competência técnica e profissional, e não no compadrio político.
- Criar condições para a existência e actividade dinâmica de estruturas representativas dos trabalhadores da autarquia, com condições para participar na discussão, com os eleitos, de assuntos tais como condições de trabalho, organização dos serviços, etc.

Comunicação

- Elaborar um Plano Estratégico de Comunicação do Município, que abranja as diferentes áreas da comunicação, interna e externa, contemple todos os suportes possíveis, designadamente os baseados nas Tecnologias da Informação e Comunicação.
- Promover uma estrutura municipal que desenvolva a interacção, cada vez mais necessária, entre informação e informática.
- Refrescar, actualizar, simplificar e promover a interactividade do *síte* da Câmara na Internet o qual deverá disponibilizar um conjunto alargado de serviços “online” que facilitem a vida dos cidadãos face à autarquia.

4. Promoção do desenvolvimento sustentado

Planeamento

- Manter o **Plano Estratégico** como referência central na definição das políticas municipais, provendo a respectiva actualização.
- Lançar um processo de discussão alargado e participado na actual revisão do Plano Director Municipal.
- Garantir que a revisão do PDM, bem como todo o Planeamento Municipal tenham como objectivos:
 - Impedir a apropriação do Concelho por interesses privados, designadamente económicos;
 - Promover a actividade cívica, cultural e lúdica de todas as comunidades do Concelho;
 - A preservação das zonas históricas;
 - A reserva de espaços públicos qualificados para equipamentos colectivos, para a fruição da cultura, do desporto, dos tempos livres e da natureza;
 - O desenvolvimento sustentado de todo o Concelho, sem exclusão das freguesias rurais;
 - O estabelecimento de regras claras, designadamente a capacidade máxima de ocupação e construção dos solos abrangidos, cêrceas médias e máximas;
 - Combater a desertificação das zonas históricas e centros urbanos, contrariando a sua tercearização excessiva, mas impedindo, de igual modo, uma ocupação massificada;
 - A aplicação das leis, directivas e recomendações técnicas que visam assegurar a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida a todos os edifícios, aos estabelecimentos que recebem público, aos transportes e à via pública;
 - criação de novos e verdadeiros percursos pedonais, bem como ciclovias;
- Desenvolver, de forma aberta e participada, os processos de definição de políticas municipais, que se traduzam na elaboração de Planos, nalguns casos já previstos (**Plano Municipal de Emergência, Carta Educativa**), ou que propomos neste Programa (**Plano Estratégico de Comunicação, Plano Municipal de Cultura**).

Política de solos

- Criação de uma reserva de solos de propriedade municipal. Esta reserva destina-se a ser utilizada na criação de equipamentos - designadamente habitação promovida pelo município – espaços públicos e projectos de investimento visando a criação de emprego.
- Garantir o cumprimento do princípio da perequação, definindo zonas homogéneas nas intervenções urbanísticas, para as quais se defina um valor médio dos terrenos, compensando os particulares cujos terrenos sejam destinados a espaço público, de acordo com o valor médio estabelecido.

O Município e o Poder Central

Diálogo e intervenção firme e permanente dos órgãos municipais junto do Poder Central – que em nenhum caso deve ser subserviente – visando uma efectiva política de investimento público na nossa região, que dinamize actividades económicas e resolva carências.

São exemplos para necessária intervenção:

- a Barragem de Ribeiradio;
- o Plano do Vouga;
- a ligação sul à A1;
- a Rede Escolar;
- as Infraestruturas desportivas;
- a Habitação Social;
- a recuperação, valorização e defesa da Ria;
- a renovação e alargamento da rede de unidades de saúde.

O Município e as Associações de Municípios

- Relançar a cooperação entre os municípios, a começar pelos da região, assumindo as responsabilidades que cabem a Aveiro na dinamização das Associações de Municípios de que Aveiro faz parte – Carvoeiro, Ria. Acompanhar a evolução da GAMA.
- Promover a criação de novas Associações de Municípios, para dar resposta a outras necessidades e problemas, como sejam:
 - A recuperação e defesa da Ria e das suas actividades tradicionais, para lá da execução e exploração do sistema integrado de recolha de efluentes;
 - A criação de um sistema regional de transportes intermunicipais que abranja, pelo menos, os concelhos de Aveiro, Ílhavo, Vagos, Oliveira do Bairro, Estarreja, Albergaria-a-Velha e Águeda;
 - O recurso a novas fontes de abastecimento de água para satisfazer necessidades que se irão colocar a médio/longo prazo;
 - Projectos nas áreas da cultura, do turismo, do desporto.

O Município e os Sistemas Multi-municipais

- Em coordenação com os outros municípios envolvidos, defender os interesses de Aveiro e do poder local, nas sociedades SIMRIA e ERSUC, concessionárias, respectivamente, da exploração dos sistemas multi-municipais de recolha e destino final dos efluentes da Ria e dos resíduos sólidos urbanos da região centro litoral.
- Exigir que a exploração do aterro sanitário de Taboeira (ERSUC) decorra sem prejuízo da qualidade de vida das freguesias vizinhas (Esgueira e Cacia), com a erradicação dos maus cheiros – o que é tecnicamente possível.
- Acelerar o processo de definição do futuro dos resíduos sólidos produzidos na região,

alertando para a necessidade de ser respeitado o compromisso de selagem do aterro de sanitário de Taboeira em 2008.

O Município e as Empresas Municipais

- Reavaliar o funcionamento, o quadro de pessoal e o desempenho de cada uma das empresas municipais já criadas, tendo em consideração a recusa do recurso às empresas municipais como expediente para escapar ao controlo democrático da Assembleia Municipal, para fuga ao limite de endividamento do município e para a expansão do clientelismo político.
- Avaliar caso a caso as propostas de criação de novas empresas municipais dentro do princípio de privilegiar os serviços próprios do município e dos serviços municipalizados.

O Município e a Universidade de Aveiro

- Considerar a Universidade de Aveiro como parceiro fundamental no Concelho e na Região.
- Articular convenientemente os planos municipais com os planos de expansão da UA, de modo a que esta se integre de forma harmoniosa no todo concelhio.
- Desenvolver políticas de habitação, de transportes e outras que tenham em conta os fluxos de população, nomeadamente os diários, gerados pela UA.
- Tirar partido dos saberes acumulados e desenvolvidos na UA para o desenvolvimento sustentado da região.
- Articular a actividade cultural gerada no município com a promovida pela UA.
- Desenvolver medidas que incentivem a fixação, em Aveiro, de parte significativa dos profissionais formados na UA.

O Município e as actividades económicas

- Recorrendo a instrumentos municipais - planeamento, política de solos, taxas e tarifas, feiras e exposições - apoiar a fixação de empresas e a actividade das existentes, incluindo sectores como o comércio tradicional, a agricultura o artesanato.
- Divulgar no exterior uma imagem positiva de Aveiro e das suas potencialidades, visando a captação turística e de investimentos.
- Criar um serviço municipal para o investidor, que disponibilize, em espaço físico e online, toda a informação necessária para a instalação de negócios no nosso Concelho.
- Estudar e promover novas soluções de produção e comercialização do sal, como produto artesanal de qualidade certificada, concorrendo para a recuperação da actividade salineira.
- Apostar nas marinhas de sal como pólo de atracção turística, procurando garantir que empresas e instituições “apadrinhem” a actividade de marinhas de sal, e que tal patrocínio seja equiparado a mecenato cultural.

5. Projectos Estruturantes

- Dar atenção particular à elaboração e execução de todo um conjunto de projectos, a maioria dos quais definidos no quadro da discussão do Plano Estratégico da cidade, tendo todo o cuidado necessário para que a sua implementação não signifique o espalhar da restante actividade e investimento municipais.

- Intervir no sentido de garantir que o **Programa Polis** (e os projectos para Aveiro nele incluídos) seja integralmente cumprido, vencendo os atrasos na sua concretização.
- Garantir que os projectos, em particular os dos terrenos da antiga lota, respeitem os objectivos de recuperação e requalificação sem que se transformem em meras operações imobiliárias.
- Avançar para a construção do **Pavilhão Multiusos**, pressionando o Poder Central no sentido da comparticipação deste projecto.
- Desenvolver todas as acções municipais necessárias e a intervenção junto do poder central para melhorar a **acessibilidade** a Aveiro e dentro do Concelho, nomeadamente: a conclusão do **IC1** e do novo traçado do **IP5**, o **acesso sul à auto-estrada**, o **eixo estruturante** municipal e os eixos transversais associados, o **Metro de Superfície** como transporte intermunicipal, a valorização da **Linha do Vouga**.
- Defender a execução do projecto da **Pista de Remo** do Rio Novo do Príncipe, desde que a situação financeira o permita, com respeito pelo ambiente e pelas actividades tradicionais.

6. Políticas Municipais

Saneamento Básico

- Conclusão da cobertura de todo o Concelho com redes públicas de abastecimento de água e de saneamento.
- Fiscalizar adequadamente as linhas de água e os canais da Ria no concelho impedindo e penalizando as descargas ilegais que continuam a poluí-los. Acompanhar e fiscalizar o funcionamento das estações de tratamento de águas residuais, para que estas garantam padrões aceitáveis de tratamento.
- Controlar a qualidade da água fornecida aos munícipes tomando todas as medidas necessárias para a melhorar. Proceder à renovação das condutas e canalizações mais antigas.
- Reduzir ao mínimo as captações de água dos furos subterrâneos em aquíferos de difícil recuperação. Recorrer preferencialmente ao Vouga e à captação do Vale das Maias.
- Rever a taxa municipal de saneamento, procurando maior justiça nos seus critérios.

Transportes Públicos

- Promover o transporte público praticando tarifas que estejam de acordo com a sua função social e desenvolvendo campanhas de divulgação.
- Levar por diante os esforços de actualização da frota, nomeadamente com mais mini-autocarros, com percursos e horários flexíveis que estejam de acordo com a realidade laboral e estudantil e com a necessidade de acesso aos serviços público, à cultura e ao lazer. Estudar a viabilidade/necessidade de um BUS-nocturno.
- Alargar o número de abrigos nas paragens de autocarros, com mobiliário urbano mais confortável e resistente, disponibilizar informação adequada nas paragens.

Ambiente

- Criar um Conselho Municipal para as Questões do Ambiente, espaço de participação cívica, constituído por autarcas, representantes dos interesses económicos e sociais, associações de defesa do ambiente, escolas e o Departamento de Ambiente da UA.
- No que diz respeito à Ria de Aveiro, actuar no sentido de:

- Reabilitar as actividades tradicionais, de grande utilidade na preservação do equilíbrio da laguna;
 - Apoiar a protecção e gestão das estruturas construídas (marinhas de sal) que, de alguma, forma se possam adaptar a novas produções;
 - Recorrer à investigação científica apurando quais as actividades que constituem alternativa real ao sal, atendendo ao binómio desenvolvimento-ambiente;
 - Pugnar para o eficaz ordenamento do território envolvente da Ria.
- Promover uma intervenção urgente na recuperação da Pateira de Requeixo e defender outras zonas do Concelho, designadamente as Dunas de S. Jacinto. Definição de áreas de paisagem protegida de interesse municipal, onde tal se justifique.
 - Implementar e apoiar acções de sensibilização visando a redução, prevenção da produção e a separação dos resíduos logo na origem, para posterior reciclagem ou tratamento adequado. Os serviços municipais deverão usar produtos reciclados, passíveis de reciclagem e biodegradáveis e deverá ser promovida a utilização de energias alternativas.
 - Instalação de mais ecopontos, para além dos colocados pela ERSUC. Instalação mais frequente de pilhões. Acompanhamento municipal da acção desenvolvida pela SUMA e pela ERSUC na sequência da selecção feita pelos municípios, garantindo a reciclagem
 - Criação, preservação, recuperação e valorização dos espaços verdes, o mais possível ligados aos locais de vivência urbana.
 - Proceder a um correcto e eficaz controlo da qualidade do ar com divulgação de resultados.

Higiene e saúde públicas

- Intervir no sentido de serem respeitados e condignamente atendidos todos os munícipes, enquanto utentes dos Serviços de Saúde. Pugnar pela diminuição das listas de espera e das filas para marcação de consultas. Garantir que nenhum utente fique sem médico de família.
- Intervir para a Unidade de Saúde de Esgueira seja rapidamente edificada em condições que estejam à altura das necessidades e da importância da freguesia.
- Exigir que o Centro de Saúde de Aveiro e as suas extensões sejam dotados com os recursos humanos e materiais adequados.
- Sem deixar cair a exigência de um novo Hospital, pugnar para que o Hospital Infante D. Pedro recupere prestígio, melhorando o seu funcionamento, a maior diferenciação de cuidados prestados, a melhoria das condições de atendimento.
- Em diálogo com os interessados, rever os turnos de serviço das farmácias do Concelho, procurando garantir que funcionem, em simultâneo, uma central e outra periférica.

Transportes e rede viária

- Elaboração de um Plano Municipal de Transportes, integrando todas as questões desta área, respondendo ao desenvolvimento urbanístico, envolvendo agentes transportadores (MoveAveiro, Transportadores Privados, CP) e Juntas de Freguesia.
- Minorar o isolamento de São Jacinto através de transporte fluvial regular, cómodo e seguro, com preços bonificados para os residentes. Garantir o início da utilização do prometido ferry-boat.
- Intervir junto da CP no sentido de:

- Assegurar a inclusão de Aveiro nas paragens dos principais comboios que percorrem a Linha do Norte.
 - Recuperar e valorizar a linha do Vouga, como percurso interurbano e de interesse turístico procurando parcerias para que as suas estações sejam requalificadas como espaços de centralidade e lazer.
 - Suprimir as passagens de nível que ainda existem, nomeadamente na Linha do Vouga, com soluções que mereçam o acordo das respectivas populações.
 - Intervir junto do Governo para a conclusão do IC1 no Distrito de Aveiro, exigindo que as "portagens virtuais" nunca sejam transformadas em portagens reais.
- Exigir a conclusão da via rápida de ligação sul à auto-estrada A1.
 - Intervir na reparação e conservação das estradas municipais e caminhos vicinais degradados.
 - Contrariar o alargamento indiscriminado do estacionamento pago.
 - Criar de condições (de circulação, segurança rodoviária, estacionamento) que estimulem a utilização da bicicleta como veículo alternativo e de lazer.
 - Proceder à avaliação dos custos e resultados do Projecto "BUGAs", informando a população e efectuando os ajustamentos que se justifiquem para garantir o seu sucesso e a sua expansão.
 - Promover a utilização do transporte público com a criação de estacionamento gratuito na periferia.

Habitação

- Apoiar as cooperativas de habitação existentes no Concelho e estimular a criação de novas.
- Seleccionar alguns terrenos municipais, com infraestruturas, para cedência a baixo preço para construção evolutiva e auto-construção. Apoio (com projecto e materiais a preços bonificados) às famílias mais carenciadas.
- Promover a construção de habitação para venda não especulativa e para arrendamento mediante a celebração de Contratos para o Desenvolvimento de Habitação, com entidades privadas.
- Incluir no planeamento municipal áreas destinadas à construção de habitação social, nomeadamente nas freguesias rurais, tanto quanto possível integradas com outras tipologias, evitando a criação de "bairros de excluídos". Afectar pelo menos 5,0 % do investimento municipal à promoção de habitação.
- Criação de programas de habitação para casais jovens, nomeadamente nos centros urbanos e zonas históricas.
- Recurso a todos os mecanismos legais e programas existentes no sentido de evitar a degradação do parque urbano existente e reabilitar habitação tradicional, na cidade e nas freguesias.

Acção social

- Estruturar os serviços municipais de forma a garantir uma resposta autónoma do município aos problemas desta área, complementando a intervenção da comunidade.
- Contribuir para a articulação de esforços e de serviços entre a Administração Pública e as entidades públicas e privadas, promovendo a convergência de respostas que permitam

dinamizar e potenciar a comunidade para a resolução dos seus problemas, em especial os dos grupos mais desfavorecidos. Neste sentido propomos-nos trabalhar para:

- Apoiar os Centros de Infância já existentes e a criação de novos onde necessários;
 - Alargamento da rede de Centros de Dia e de Convívio para a terceira idade;
 - Criar e/ou apoiar a criação de Centros de Actividades Ocupacionais, vocacionados para os segmentos de população que pelas suas dificuldades não têm acesso a um regime de emprego.
 - Criar respostas diversificadas e adequadas em Centros de Apoio para jovens em idade escolar, com actividades e instalações polivalentes.
 - Criação de unidades residenciais de carácter temporário e/ou definitivo, entre as quais Centros de Noite, integradas na comunidade, com cariz familiar.
 - Desenvolvimento de soluções alternativas de apoio às famílias em situações de carência económica (apoio domiciliário, acolhimento familiar)
- Programas de efectiva integração social e cultural dos imigrantes, com respeito pela sua identidade.
- Continuar e melhorar a qualidade das acções já iniciadas no âmbito da luta contra a pobreza, através de equipas multi-disciplinares.
- Defender a criação de uma unidade para internamento de retaguarda dos doentes que, não podendo ficar no Hospital, são enviados para casa, muitas vezes sem que ali tenham condições adequadas.

Educação e ensino

- Intervir nos órgãos municipais para que estes assumam as suas responsabilidades acompanhando o desenvolvimento de acções educativas na perspectiva da igualdade de oportunidades de acesso e do sucesso escolar.
- Estabelecer o diálogo com as estruturas representativas dos profissionais do ensino, com as Associações de Estudantes, com os Órgãos de Gestão das Escolas/Agrupamentos, com as Associações de Pais.
- Colocar em efectivo funcionamento o Conselho Local de Educação do Município de Aveiro.
- Investir no desenvolvimento de respostas adequadas e de qualidade às necessidades sociais das famílias, através de:
- Edificação de refeitórios nos Jardins-de-infância da rede pública e Escolas do 1º CEB;
 - Criação de programas para o prolongamento de horário nas Escolas do 1º Ciclo e Jardins-de-infância;
- Exigir (colaborando) do Poder Central a resolução das carências e problemas que se colocam ao 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e ao Ensino Secundário – instalações, espaços disponíveis, pessoal auxiliar.
- Dialogar e cooperar com os estabelecimentos de Ensino Superior do Concelho.
- Apoiar as iniciativas que abram as escolas à comunidade, bem como as iniciativas culturais das Escolas e Associações de Estudantes.
- Garantir que a fase final da discussão da Carta Educativa do concelho, defina prioridades viáveis de execução, tendo em conta a situação real existente. Enquanto não forem implementadas as medidas constantes da Carta Educativa garantir que sejam desenvolvidas as intervenções necessárias ao bom funcionamento da vida escolar.

CULTURA E DESPORTO

- Promover encontros entre os agentes culturais e desportivos concelhios visando:
 - Proceder ao levantamento dos problemas e necessidades existentes, quer ao nível dos agentes quer das estruturas de apoio;
 - Inventariar os projectos sectoriais para que seja possível programar uma acção global e integrada das acções culturais e das acções desportivas;
 - Definir os critérios de apoio activo da autarquia, nomeadamente financeiros;
 - Eleger estruturas permanentes de coordenação e consulta para as áreas da cultura e do desporto, que procedam ao levantamento dos planos anuais de actividades (visando ao apoio da autarquia) e o levantamento das actividades mensais (para a elaboração da Agenda Cultural e Desportiva).
- Conceder às Associações a possibilidade de se servirem de animadores culturais e desportivos municipais no sentido de apoiarem o desenvolvimento dos seus projectos.

CULTURA

- Abrir o espaço e a programação do Teatro Aveirense aos agentes culturais concelhios, no sentido de colocar este equipamento ao serviço da produção cultural do concelho, articulando esta abertura com a programação geral.
- Concretização de um espaço polivalente que funcione como verdadeiro Auditório Municipal, grande sala de eventos que poderá surgir no projecto do Pavilhão Multiusos.
- Recuperação dos espaços físicos utilizados por diversas colectividades do Concelho.
- Realizar novas acções que estimulem a criatividade dos artistas da região e o surgimento de novos valores (exposições, prémios, concertos e encomendas).
- Promover autonomamente e/ou apoiar eventos culturais com a participação de artistas consagrados, na medida do possível acompanhados por acções destinadas aos jovens valores de Aveiro.
- Promover animação cultural de rua.

DESPORTO

- Promover a recuperação de estruturas desportivas já existentes que se encontrem degradadas ou subaproveitadas.
- Acompanhar a utilização do novo Mário Duarte, garantindo a sua qualidade de equipamento municipal. Garantir que o protocolo com o clube residente não represente forma encapotada e ilegítima de apoio ao futebol profissional.
- Concretizar o projecto de remodelação do complexo de piscinas de Aveiro, com cobertura e aquecimento da pista de 50m, que deve ficar sob administração municipal.
- Apoiar o desporto escolar nomeadamente com o estabelecimento de protocolos autarquia/clubes, que estabeleçam claramente o acesso da população escolar aos equipamentos construídos com o apoio da autarquia.
- Promover e patrocinar mais eventos desportivos, tão diversificados quanto o permitam as nossas estruturas desportivas e condições naturais.
- Criar um espaço municipal para a construção de um parque de desportos radicais, cujas características correspondam às expectativas e propostas dos praticantes dessas actividades.

PATRIMÓNIO

- Inventariar e promover a classificação do Património de Interesse Municipal.
- Ter atenção aos imóveis que, mesmo sem especial valor arquitectónico, estejam ligados à vida ou obra de personagens ilustres, promovendo a sua conservação.
- Criação de uma escola de artesanato, preservando a expressão artística e cultura populares;

PROTECÇÃO CIVIL E SEGURANÇA DOS CIDADÃOS

- Valorização e redimensionamento dos Serviços Municipais de Protecção Civil, articulados com as estruturas concelhias e regionais, contribuindo também para que as corporações de bombeiros estejam devidamente equipadas para todos os tipos de riscos possíveis de prever.
- Elaboração participada de um Plano Municipal de Emergência, que seja a principal referência das acções a desenvolver na prevenção e na resposta a acidentes e catástrofes naturais.
- Sem transigir na defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e com a certeza de que apenas um novo quadro política e socialmente mais justo pode contribuir para a eliminação de fenómenos de marginalidade, exigir firmeza no combate ao tráfico de droga, à violência, aos crimes contra os cidadãos, contra a economia e contra o ambiente.
- Garantir o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança.

JUVENTUDE

Além de outras propostas, também destinadas à juventude, que percorrem este Programa, propomos:

- A reformulação da composição e funcionamento do Conselho Consultivo de Juventude, órgão que deve servir para dar voz à juventude, apoiando a criatividade, a manifestação de opinião, os gostos e formas de estar próprias dos jovens, formulando propostas de acções e iniciativas, de e para a Juventude.
- Construção e dinamização de espaços nas freguesias onde os jovens possam conviver, concretizar iniciativas e desenvolver a criatividade, como sejam Casas da Juventude e Centros Juvenis.

Aveiro, Setembro de 2005

Os Candidatos da CDU